

O Congresso parou

Ignácio de Aragão

Quando o Dr. Ulysses assomou à tribuna da Câmara para encaminhar a votação da emenda parlamentarista, o Congresso parou. Fez-se silêncio absoluto. Não se ouvia um pigarro, todos esperando a lição do mestre, desse eminente brasileiro que, há 50 anos, pratica e defende a democracia neste País. Acompanho a sua trajetória, como orador perfeito, desde o discurso que proferiu, em 1938, ao pé da estátua de João Pessoa, na Paraíba, reatando os elos quebrados pela revolução de 30. Ele, o acadêmico do Largo de São Francisco, eu o foca do jornal. Ao longo de sua vida, Dr. Ulysses firmou a intransigência dos princípios para que se fizesse do Brasil um Estado de Direito. Sua última grande obra havia sido a Constituição, cujas imperfeições eventuais revelam tratar-se de trabalho dos homens e não dos deuses. Mas, sem ela, estaríamos órfãos.

Agora, Dr. Ulysses empenha-se em antecipar a realização do plebiscito, para que haja o tempo necessário a ajustar as leis e a vida, se o regime parlamentarista for o escolhido pelo povo.

Precisamos apoiá-lo. Não se justifica que, dois dias depois, um órgão formador de opinião, como o **Jornal do Brasil**, não se refira ao episódio cívico do Congresso, a não ser na coluna pessoal do Castelo. É tão importante para a vida nacional decidir-se pela realização do plebiscito que se faz mister anunciá-lo, criticá-lo, debatê-lo, a fim de que o povo, o soberano do voto, forme a sua opinião bem informado. Com a primeira votação da emenda, o parlamentarismo pode estar à vista.

Há no Congresso (tirando de lado os presidencialistas por convicção, que são muito poucos, e os que são por interesse, como os seguidores de Quêrcia e de Brizola) vários tipos de parlamentaristas. Uns, o querem só para derrubar o Governo; e propugnam para que, se o plebiscito responder "sim", seja castrado o mandato do Presidente. O que significaria, na verdade, um golpe de estado e isto está fora de propósito. Não iríamos repetir a experiência militar que decepcionou os poderes presidencialistas de Jango, conferidos pela antiga constituição, que resultou de um desastrado plebiscito e abriu caminho para a revolução de 64. Outros, e Dr. Ulysses filia-se a essa digna corrente, quer mudar o regime, mas a começar da eleição do futuro Presidente, que sucederá a Collor. Seja quem for, deverá governar sob o regime parlamentarista, a menos que, admita-se *ad argumentandum*, o povo queira adotar a forma monarquista de governo.

A experiência presidencialista brasileira não foi positiva, sobretudo depois de 1930, pela influência dos novos tempos que desabaram sobre o mundo. Garroteou-se a liberdade sob todas as suas formas. Agigantou-se o Estado e a sua influência na vida econômica e privada. A vida parlamentar, quando existiu, perdeu a sua grandeza e a grande qualidade de seus executores. A "imexibilidade" dos ministros, pelo Congresso, gerou o clima de baixaria que se está presenciando. Precisamos, portanto, ter a coragem de voltar aos velhos, velhíssimos tempos, do parlamentarismo, que foi bom no Império e o será também na República.

JORNAL DE BRASÍLIA
28 MAR 1992